

**2º SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO**  
**ÁREA TEMÁTICA: PLANEJAMENTO TERRITORIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS**

**PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: Análise do Relatório de Execução**  
**dos Territórios Meio Oeste Contestado e Planalto Norte**

**Maria Cecília Mireski<sup>1</sup>**  
**Luiza Zitzke Oliveira<sup>2</sup>**  
**Andréia Tecchio<sup>3</sup>**  
**Ademir Antonio Cazella<sup>4</sup>**

**Resumo**

Articular ações setoriais com ações de caráter coletivo que atinjam o conjunto da população do território contribui para o sucesso das políticas de enfrentamento da pobreza. Este artigo objetiva identificar os municípios dos Territórios Meio Oeste Contestado e Planalto Norte, localizados em Santa Catarina e contemplados com ações por meio do Programa Territórios da Cidadania e, a partir destes, identificar os Ministérios mais proponentes e quantificar o número de ações não executadas e ações sem município definido em cada Território. Para aferir o progresso de uma população deve-se considerar além da dimensão econômica, características sociais, culturais e políticas. Portanto, correlacionamos os dados do Programa Bolsa Família com dados do Índice de Desenvolvimento Humano no intuito de avaliar a relação entre a vulnerabilidade e qualidade de vida. Assim, podemos inferir que nem sempre o Ministério que se sobressai em número de ações é o que mais contribui com valores e que existe grande número de ações não executadas e sem informações de dados.

**Palavras-chave:** Territórios da Cidadania; Políticas Públicas; Desenvolvimento Territorial.

**Abstract**

Joinsectional actionswith collective that reachthe whole ofthe territory's populationcontribute to the successof policiesto combat poverty. This article objective to

<sup>1</sup>Graduanda do curso de Agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) com o projeto de pesquisa intitulado "Desafios das políticas públicas contemporâneas no Brasil: superação da pobreza rural com ênfase na sustentabilidade". *E-mail:* mariacecilia.agro@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Agroecossistemas pela UFSC, pesquisadora e colaboradora do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (LEMATE/UFSC). *E-mail:* luiza.zitzke@gmail.com.

<sup>3</sup>Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e colaboradora do LEMATE/UFSC. *E-mail:* deiatecchio@yahoo.com.br.

<sup>4</sup>Doutor em *Science de l'Homme et de la Société - Centre d'Etudes Supérieures d'Aménagement - Tours/França*. Professor da área de desenvolvimento rural da UFSC e coordenador do Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas (PGA/UFSC). *E-mail:* aacazella@gmail.com.

identify the municipalities of the Territories Meio Oeste, Contestado and Planalto Norte, located in Santa Catarina and contemplated with actions through the Territories of Citizenship Program and, from these, identify the Ministries more bidders and quantify the number of actions not performed and the actions with no municipality defined in each Territory. To measure the progress of a population must be considered beyond the economic dimension, social, cultural and political characteristics. Therefore, we correlated the data of Bolsa Família Program with data from the Human Development Index in order to assess the relationship between vulnerability and life quality. Thus, we can infer that the Ministry who excels in number of actions is not always the biggest contributor with values and that there is a large number of actions not performed and with no data information.

**Keywords:** Territories of Citizenship; Public Policies; Territorial Development.

## Introdução

Com o intuito de amenizar desigualdades sociais extremas por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, em 2008, o governo federal instituiu o Programa Territórios da Cidadania (PTC), visando o progresso das regiões pobres e com níveis abaixo da média de indicadores sociais. O PTC visa a redução da pobreza e a diferenciação social por meio do incentivo à ação coletiva direcionada para a realização de projetos que proporcionem rendas compatíveis com os ativos locais sem desrespeito ao meio ambiente (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007). O objetivo dessa política é universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (BRASIL, 2012), entretanto percebe-se que essa política pública é uma continuidade do programa mais antigo coordenado pelo MDA, desde 2003, chamado de Programa Territórios Rurais de Identidade (PTRI). Dessa forma, Bonnal e Kato (2011) sugerem que o PTC é um desdobramento do PTRI do MDA, tendo por propósito articular em torno de um mesmo território um amplo conjunto de políticas públicas e de ações integradas de diferentes órgãos do governo federal. Assim, os Territórios da Cidadania também são enquadrados como Territórios Rurais de Identidade.

Os critérios utilizados na seleção dos Territórios da Cidadania foram os seguintes: i) menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>5</sup>; ii) maior número de beneficiários do

---

<sup>5</sup> O IDH é composto por três variáveis: Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, longevidade e educação. A renda é mensurada pelo PIB *per capita*, em dólar e utiliza a paridade do poder de compra, para eliminar as diferenças de custo de vida entre os países. A longevidade reflete as condições de saúde da população e o indicador utilizado para a sua aferição é a expectativa de vida ao nascer. A educação é avaliada pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. Essas três dimensões têm a mesma importância na composição do IDH, que varia de zero (pior) a um (melhor) (PNUD, 20--).

Programa Bolsa Família (PBF)<sup>6</sup>; iii) maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária; iv) maior concentração de populações quilombolas e indígenas; v) maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; vi) maior organização social; vii) pelo menos um território por Estado da federação (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007).

Assim, “maiores que os municípios e menores que o estado, os territórios demonstram, de forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade” (BRASIL, 2009, p.3).Desse modo, Schiavinatto (2013, p. 60) relata que “as relações entre os municípios e as organizações existentes num território podem reforçar a ideia de cooperação entre as diferenças forças sociais”. Deckert (2012) argumenta que o PTC dá mais alcance e eficácia às políticas públicas quando se trata de desenvolvimento territorial sustentável, pois utiliza critérios para escolher os municípios que formaram os territórios como idênticas características econômico-ambientais, mesma identidade e coesão social, assim como semelhança cultural e geográfica.

Para Mattei (2013), o sucesso das políticas de enfrentamento da pobreza depende de aproximar o poder público e os beneficiários diretos dessas políticas, ou seja, articular ações setoriais com ações de caráter coletivo que atinjam o conjunto da população do território. Um destes instrumentos condizentes com os problemas que se deseja resolver é o PTC, entretanto Bonnal e Kato (2011) afirmam que esse Programa tem uma concepção diferenciada de concentrar e articular políticas setoriais bastante diversas num mesmo espaço geográfico, congregando um número elevado de programas com grande diversidade entre eles, de modo que se torna um espaço de governança híbrido gerando dificuldades de articulação das políticas(MALUF, 2013).

Dos 120 Territórios da Cidadania identificados no Brasil, dez encontram-se na região sul do país, dentre os quais dois em Santa Catarina: Território Meio Oeste Contestado (TMOC) e Território Planalto Norte (TPN) (ZIMMERMANN; TECCHIO, 2013).Para a realização desta pesquisa elegeram-se o TMOC e TPN devido ao elevado número de famílias rurais em situação de pobreza em face às condições socioeconômicas

---

<sup>6</sup> O PBF foi instituído no final de 2003 e consiste na transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O valor repassado para cada família depende do número e da idade dos seus integrantes, bem como da renda. Atualmente, 14,1 milhões de famílias estão sendo beneficiadas e 2,1 bilhões estão sendo investidos (MDS, 2014).

de Santa Catarina, bem como pela incidência de programas, dentre os quais, o PTC, que adotam o recorte territorial como estratégia de enfrentamento da pobreza rural<sup>7</sup>.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), encontram-se no TMOC um total de 8.477 habitantes em extrema pobreza, dentre os quais 5.688 habitantes (67%) vivem em extrema pobreza rural. Já no TPN há 10.119 habitantes em extrema pobreza, dos quais 5.456 habitantes (54%) fazem parte da extrema pobreza rural deste Território.

Localizado na mesorregião oeste de Santa Catarina, o TMOC possui um IDH médio de 0,81 e compreende uma área total de 8.255 km<sup>2</sup>, sendo composto por 29 municípios<sup>8</sup>. A população total do território é de 271.996 habitantes, dos quais 72.666 vivem na área rural, o que corresponde a 26,72% do total. Possui 13.155 agricultores familiares, 2.105 famílias assentadas e duas terras indígenas (MDA, 2013).

O TPN possui IDH médio de 0,79 e abrange uma área de 10.466,70 km<sup>2</sup> e é composto por catorze municípios<sup>9</sup>. Sua população total é de 357.082 habitantes, dos quais 84.430 vivem na área rural (aproximadamente 24%). O Território possui 12.909 agricultores familiares, 460 famílias assentadas e duas terras indígenas (MDA, 2013).

O povoamento do oeste de Santa Catarina, região onde está inserido o TMOC, tem como característica a luta pelo controle e uso da terra, que começou na segunda metade do século XIX e sofreu grandes transformações a partir do início do século XX. Os

---

<sup>7</sup>O PTC não trabalha exclusivamente com a superação da pobreza rural, mas de forma mais ampla no combate das desigualdades, uma vez que seus beneficiários também residem em espaços considerados urbanos. A questão que merece destaque é que a adoção dos critérios utilizados para delimitação dos Territórios Rurais foi inspirada na crítica de Veiga (2003) ao modelo vigente no Brasil para delimitar os espaços urbanos e rurais, que considera toda sede de municípios e de distritos como urbanos. Portanto, toda a população que reside na sede de município (cidade) e de distrito (vila), independentemente de suas características demográficas e funcionamento, seria considerada urbana. Assim, basta uma área contar com maior disponibilidade de serviços públicos e aglomeração de pessoas para ser considerada urbana. O trabalho de Veiga (2003) sugere um rompimento com a referida classificação, utilizando a combinação do critério de tamanho populacional do município com a sua densidade demográfica e localização para separação das áreas rurais e urbanas.

<sup>8</sup> Abelardo Luz; Água Doce; Bom Jesus; Capinzal; Catanduvas; Coronel Martins; Entre Rios; Erval Velho; Faxinal dos Guedes; Galvão; Herval d'Oeste; Ibicaré; Ipuacu; Joaçaba; Jupiá; Lacerdópolis; Lajeado Grande; Luzerna; Marema; Ouro; Ouro Verde; Passos Maia; Ponte Serrada; São Domingos; Treze Tílias; Vargeão; Vargem Bonita; Xanxerê; Xaxim.

<sup>9</sup> Bela Vista do Toldo; Campo Alegre; Canoinhas; Irineópolis; Itaiópolis; Mafra; Major Vieira; Matos Costa; Monte Castelo; Papanduva; Porto União; Rio Negrinho; São Bento do Sul; Três Barras.

povos indígenas habitam historicamente essa região. A ocupação por caboclos<sup>10</sup>, que são originários da miscigenação étnica entre índios, luso-brasileiros e negros ex-escravos, se intensificou no final do século XIX. Posteriormente, nas primeiras décadas do século XX ocorreu a colonização por imigrantes ou descendentes de imigrantes europeus vindos principalmente das chamadas “colônias velhas”<sup>11</sup> do Rio Grande do Sul (POLI, 2006; RENK, 2006).

As regiões onde estão inseridos esses Territórios foi palco da Guerra do Contestado (1912-1916), um dos maiores conflitos sociais da história do Brasil. De um lado estavam os posseiros, em sua maioria de origem cabocla, e de outro, a polícia particular da empresa construtora da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e, sobretudo, o Exército brasileiro. O governo brasileiro concedeu à empresa estrangeira *Brazil Railway Company*, como forma de pagamento pela construção da ferrovia, faixas de terra até quinze quilômetros de cada lado da linha, além da autorização para explorar toda a madeira nelas existente (VALENTINI; RADIN, 2011). Segundo Milani (2010), a Guerra do Contestado no TPN tratou-se de luta sangrenta para preservar o Território e sua cultura da interferência dos imigrantes e invasores das terras que já eram habitadas.

Após essas disputas, os governos estadual e federal intensificaram o processo de colonização da região oeste e planalto norte por considerá-las “despovoadas”, em função dos indígenas e caboclos possuírem modos de vida baseados na não produção de excedentes para o mercado e na posse de terra, ou seja, não possuíam títulos de propriedade, sendo estigmatizados como menos dedicados ao trabalho (PAIM, 2006).

Com o processo de colonização, a maioria dessa população que vivia em terras consideradas pelo governo federal como sendo devolutas foi expropriada. A introdução de um novo sistema baseado na acumulação econômica provocou uma ruptura, não sem conflitos, com o sistema tradicional de posse e uso da terra praticado pela etnia cabocla (RENK, 2006; VALENTINI; RADIN, 2011). Com o passar do tempo, a maioria da população cabocla perdeu o acesso à terra, sendo obrigada a recorrer a trabalhos assalariados sazonais associados ao arrendamento ou posse de pequenas áreas no meio rural, ou a migrar para bairros periféricos dos centros urbanos. Em síntese, os colonos, principalmente de origem alemã e italiana adquiriram a maioria das terras que ainda não

---

<sup>10</sup> Considera-se o caboclo como caracterizado pela ideia de mistura étnica e pelo seu modo de vida, tradições e costumes (RENK, 2006).

<sup>11</sup> São chamadas de “colônias velhas” as primeiras regiões habitadas por imigrantes europeus no Rio Grande do Sul.

estavam legalizadas, enquanto que os caboclos, índios e negros traçaram trajetórias de contínua luta para sobreviverem numa região que, até a atualidade, não os concebe como sujeitos integrantes da sua história. Esse grupo étnico ainda representa uma importante fonte de força de trabalho nas atividades ligadas ao corte de erva-mate, reflorestamentos, diaristas ou empreiteiros em atividades agropecuárias, empregados de empresas prestadoras de serviços agropecuários terceirizados, entre outras.

A colonização<sup>12</sup> e o desenvolvimento do TPN têm sua cultura formada pela população que se instalou nessa área, provenientes de diferentes destinos e movidos por diferentes interesses. Sua colonização se deu interessada na exploração das riquezas naturais, empenhada em perseguir desenvolvimento econômico. O processo produtivo, baseado no extrativismo da madeira e da erva-mate, propiciou a instalação de atividades de industrialização destes produtos: as serrarias e as ervateiras, contribuindo para a fixação dos colonizadores em comunidades próximas as indústrias (MILANI, 2010).

De acordo com Auras (1984), a partir do momento em que as terras tornaram-se economicamente interessantes, o modo de vida e a própria existência do caboclo esteve ameaçada devido a ocupação territorial realizada pelos imigrantes. O caboclo vivia um forte processo de marginalização que estava diretamente ligado ao projeto de construção de uma identidade nacional brasileira, que desde o final do século XIX pregava a exclusão de grande parte dos grupos considerados racial e culturalmente inferiores. Podemos observar também nas argumentações de Ribas (2004), que a ocupação das terras devolutas desencadeou no processo de empobrecimento da população que ocupava estas áreas:

No final do século XIX, a passagem das terras devolutas para a competência dos Estados, deu margem ao despejo de posseiros que viviam nos confins da região contestada e se viram sem terra, sem emprego ou sem fonte de subsistência (RIBAS, 2004).

Entretanto, atualmente o Território possui uma estrutura fundiária que compreende grandes, médios e pequenos estabelecimentos com bastante representatividade, os quais promovem atividades de caráter essencialmente comercial e se destinam ao abastecimento dos mercados nacional e estrangeiro. Destaca-se como a

---

<sup>12</sup>Caracterizada principalmente por imigrantes ou descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses e ucranianos.  
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)  
Florianópolis, Santa Catarina

segunda maior área produtora de fumo de Santa Catarina, sendo formada por pequenos agricultores familiares, integrados a grandes agroindústrias fumageiras (SEBBEN, 2010).

Já a agricultura familiar da região do TMOC tem uma forte tradição de organização sociopolítica e de pressão junto ao Estado no sentido de demandar políticas públicas específicas. Como a política aqui destacada vem sendo conduzida de maneira pouco coordenada, esta pesquisa possui a intenção principal de analisar seus dispositivos operacionais em curso, visando propor reestruturações que possam no médio prazo ajustá-la no sentido de alcançar um maior grau de articulação entre si e de focalização no público rural pobre, agregando ainda elementos que apontem para a sustentabilidade dessas iniciativas.

Embora os Territórios possuam dinâmicas econômicas, a pobreza se faz presente de forma expressiva, como podemos observar nos índices de extrema pobreza presentes nestas regiões e que já foram anteriormente citados.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em mais quatro seções. Na primeira seção apresenta-se o objetivo proposto neste trabalho e também são descritos os procedimentos realizados para alcançar tal objetivo. A segunda seção do artigo corresponde a uma síntese acerca das políticas públicas de desenvolvimento territorial com destaque para as características e ações do PTC nos TMOC e TPN. Já na terceira são expostos os resultados e discussões obtidos após a pesquisa. E, finalmente, na última seção estão descritas as considerações finais baseadas nos objetivos propostos neste artigo.

## **Objetivos e procedimentos de pesquisa**

O principal objetivo deste trabalho<sup>13</sup> é analisar a execução do PTC, no ano de 2010, no TMOC e TPN, ou seja, verificar quais são os municípios destes Territórios que se destacaram em números de ações empenhadas e/ou pagas; identificar quais os ministérios que se sobressaíram em cada Território, em relação a número de ações; quantificar o número de ações não executadas e ações sem municípios definidos em cada um dos dois Territórios estudados. Bem como, averiguar se os municípios que apresentam os maiores

---

<sup>13</sup> A pesquisa apresentada neste artigo foi desenvolvida em parceria e com o apoio financeiro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), através do desenvolvimento do projeto “Desafios das políticas públicas contemporâneas no Brasil: superação da pobreza rural com ênfase na sustentabilidade”, no intuito de analisar de forma integrada políticas públicas de enfrentamento da pobreza rural, visando identificar e compreender lacunas nos seus processos de governanças que comprometam o alcance das suas metas.

indicadores de pobreza com IDH e famílias beneficiárias do PBF recebem mais recursos financeiros do PTC.

Trata-se de uma pesquisa teórica realizada através da análise documental do Relatório de Execução do ano de 2010, com as ações destinadas pelo PTC ao TMOC e ao TPN. Essas informações se referem a dados primários e estão disponibilizadas em documentos oficiais do PTC. Além da identificação dos municípios mais beneficiados e dos Ministérios mais proponentes, que foram obtidos por meio dos dados inferidos no Relatório de Execução (2010), as ações foram classificadas segundo critérios como: infraestrutura, quando se trata de obras que beneficiam o município; capacitação de pessoas, quando de alguma forma contribuem para o aperfeiçoamento profissional ou aprendizagem; assistência social, ao promoverem auxílio/amparo aos indivíduos em geral; e por fim, ações classificadas como “outras” quando se enquadram em nenhum dos critérios anteriores.

Dessa forma, a política pública foi analisada no que tange às suas estratégias de governança e sua capacidade de articular informações aos atores de desenvolvimento local e também às populações prioritárias.

### **Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial e o Programa Territórios da Cidadania (PTC)**

A visão de território vai além dos limites físicos de região, incorporando a ideia de espaço de relações sociais, realçando o papel dos agentes sociais e suas organizações. Segundo Pecqueur (2004) um território é um espaço de múltiplas atividades e diferentes agentes e, assim a dinâmica territorial pode revelar recursos inéditos, pois novas configurações e novos conhecimentos podem ser produzidos. O mesmo autor também se refere ao desenvolvimento territorial como sendo um processo de mobilização dos atores que leva à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território.

Para Sen (2000, p. 17) o desenvolvimento é “como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”, nesse sentido o crescimento é um importante meio de expandir a liberdade dos cidadãos, porém esta liberdade não depende somente do desenvolvimento, mas também das disposições sociais e econômicas, além da liberdade do cidadão em participar de discussões e averiguações públicas. Já Dallabrida (2010), conceitua o desenvolvimento territorial, como sendo:



[...] um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos recursos e ativos (genéricos e específicos, materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população (DALLABRIDA, 2010, p.111).

Delgado e Leite (2011, p. 89) enfatizam que o debate sobre o desenvolvimento territorial baseia-se “na observação da persistência interligada da pobreza rural e da desigualdade social e regional, e enquadra-se na discussão mais ampla sobre o desenvolvimento econômico e sustentabilidade”. Assim, o conceito de território reflete as disputas existentes entre diferentes estratégias, como aquela que ressalta o processo de crescimento econômico com forte capacidade exportadora na área agrícola ou, ainda, outra que valoriza os processos de desenvolvimento sustentável ligado à ideia de justiça e/ou igualdade social.

Desta forma o desenvolvimento territorial não pode ser implantado por decreto, trata-se de uma estratégia de adaptação que visa permitir aos atores dos territórios reorganizarem a economia local, tendo como base, a busca pelos recursos próprios ao território, adotando uma organização produtiva e dinâmica que permite alcançar os recursos inéditos que promovam o progresso, levando o território ao desenvolvimento (PECQUEUR, 2005).

As políticas públicas de desenvolvimento territorial apresentam novidades em relação às abordagens mais tradicionais do desenvolvimento rural, pois “a tradição das políticas públicas se constituiu associando o rural ao agrícola, a ideia de território sugere uma ampliação para o conjunto de setores e de atividades” (MDA, 2005, p. 6). Neste contexto, o surgimento de Programas com o apoio integral do Estado, por meio de ações que impliquem na geração de renda e que possam “promover e acelerar a superação da pobreza no meio rural” é essencial na estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (SDT, 2009, p. 4). Neste sentido, Bonnal (2013, p. 35), enfatizam que o PTC é um instrumento de dinamização do processo de desenvolvimento e “atua nas causas da estagnação socioeconômica, da qual a pobreza e a desigualdade são algumas das manifestações mais visíveis”.

Já para Carvalho e David (2011, p. 58), o PTC busca por meio da delimitação de unidades territoriais “aproximar as escalas administrativas com o objetivo de potencializar, interiorizar e expandir o acesso às políticas públicas para as populações

excluídas, principalmente, aquelas situadas no campo”. Porém Oliveira et al. (no prelo, 2015), em seus estudos:

[...] pressupõe a convicção de que o território é um espaço onde as questões de superação da pobreza podem ser melhor resolvidas em comparação ao recorte municipal. Para isso acontecer, é preciso que as ações destes programas estejam focalizadas no território e não apenas em municípios específicos, já que muitos projetos podem contemplar mais de um município dada as características socioeconômicas semelhantes (OLIVEIRA et al., no prelo, 2015, p. 5).

Ademais, Leite e Wesz Junior (2011) afirmam que o PTC possui destaque no combate à pobreza e na conquista de cidadania através da intervenção governamental através da mobilização de 22 ministérios no âmbito de planejarem suas ações de modo a implementarem as políticas públicas de forma integrada e articulada. Entretanto, estudos realizados por Delgado e Grisa, (2013), demonstram que também há interesses por parte dos municípios em participar do PTC:

Alguns estudos de caso relatam um maior interesse das prefeituras em participar do PTC, embora com diferentes intensidades em relação ao colegiado territorial [...] Tratando-se de um programa federal com maior expressão política – por estar vinculado diretamente à Casa Civil da Presidência, e anunciando expressiva quantidade de recursos provenientes de um grande número de ministérios a serem investidos nos territórios – o PTC demonstrou-se atrativo para os gestores municipais que criaram expectativas de, por meio dele, acessarem mais recursos financeiros, ações e políticas públicas para seus municípios, seja via institucionalidades territoriais, seja diretamente por meio de suas relações políticas. Embora grande parte dessa expectativa (DELGADO; GRISA, 2013, p. 256).

O ciclo de planejamento do PTC é feito através de uma Matriz de Ações que é apresentada todo ano em cada Território. Essa Matriz é o “conjunto de propostas ou de ações do Governo Federal para o Território, com dados descritivos e metas físicas e financeiras territorializadas” (SDT, 2009, p. 6). Ao final de cada ano, o Programa divulga um Relatório de Execução com as informações sobre as ações que foram realmente executadas em cada Território.

## **Resultados e discussão**

Para o TPN foram previstas para o ano de 2010 um total de 55 ações por meio do PTC com a previsão de investimento de R\$ 124.455.526,56. Entretanto, a pesquisa

demonstra que as ações pagas até 31 de dezembro de 2010, foram de R\$ 46.804.358,91 (37,61%) e o valor empenhado foi de R\$ 1.891.095,26 (1,52%) (MDA, 2010).

Das 55 ações destinadas ao TPN, somente vinte foram efetivamente executadas (pagas ou empenhadas) e das 35 ações restantes, dezesseis não foram executadas e dezenove encontram-se sem município definido. Dentre as dezesseis ações não executadas, onze correspondem ao MDA, seis ao Ministério da Educação (MEC) e quatro ao Ministério da Justiça (MJ). Dentre as 55 ações, sete são de caráter “assistência social”, sete são de “infraestrutura”, cinco ações caracterizadas como “capacitação de pessoas” e uma ação classificada como “outros”, por se tratar de convênios/contratos: “Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos”.

Major Vieira foi o município que recebeu o menor número de ações (nove), que corresponderam a R\$ 1.730.993,55. Já Canoinhas e São Bento do Sul foram contemplados com quinze ações cada um, no valor de R\$ 7.083.029,51 e R\$ 5.938.944,44, respectivamente.

O TMOC foi contemplado em 2010 com 59 ações por meio do PTC com a previsão de investimento de R\$ 223.927.610,75. Porém pela nossa análise, percebemos que as ações efetivamente pagas, até 31 de dezembro de 2010, foram de R\$ 70.755.509,40 (31,60%) e o valor empenhado foi de R\$ 17.881.178,45 (8%) (MDA, 2010). Das 59 ações destinadas ao TMOC, somente 21 foram executadas (pagas ou empenhadas), das demais 37 ações, quinze não foram executadas e 23 estão sem município definido. Dentre as quinze ações que não foram executadas o MDA destaca-se com seis, o Ministério da Saúde (MS) com quatro e o MEC com duas.

Para o TMOC, das 59 ações, sete foram classificadas como “assistência social”, seis são de “infraestrutura” e quatro como “capacitação de pessoas”. As demais quatro ações não se encaixaram em nenhum dos critérios propostos, ou seja, não são considerados de assistência social, nem de infraestrutura, tão pouco como capacitação de pessoas. Desta forma classificamos estas ações como “outros”. O município do TMOC que foi contemplado com o menor número de ações foi Lajeado Grande (nove ações), somando o total de recursos recebidos por este município o montante de R\$ 235.096,00. E o município com maior número de ações foi Abelardo Luz (dezenove), recebendo o valor de R\$ 17.752.374,96.

Os municípios que se destacaram em maior número de ações executadas (pagas ou empenhadas), destinadas ao TMOC e ao TPN podem ser observados no Quadro 1.

Quadro 1. Municípios que se destacaram em número de ações empenhadas e/ou pagas.

TERRITÓRIO MEIO OESTE CONTESTADO (TMOC)		TERRITÓRIO PLANALTO NORTE (TPN)	
MUNICÍPIOS	Nº DE AÇÕES	MUNICÍPIOS	Nº DE AÇÕES
Abelardo Luz	19	Canoinhas e São Bento do Sul	15
Xaxim	16	Mafra Itaiópolis	13
Água Doce, Capinzal, São Domingos e Xanxerê	15	Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Matos Costa, Monte Castelo e Papanduva	12

Fonte: elaboração própria.

Ao analisarmos os Ministérios mais proponentes, verificamos que o MS destaca-se nos dois Territórios com maior número de ações (nove e oito, respectivamente), seguido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com sete, do Ministério das Cidades (MCid), MEC e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de acordo com o Quadro 2.

Porém, ao efetuarmos a análise documental do Relatório de Execução do ano de 2010, destinado pelo PTC ao TPN, verificamos que apesar do MS se sobressair no número de ações, o MDS contribuiu com uma quantia de R\$ 34.792.914,41 e o MS somente com R\$ 10.900.317,00, em valores efetivamente pagos.

Quadro 2. Ministérios que se sobressaíram em relação do número de ações.

MINISTÉRIOS	Nº DE AÇÕES	
	TMOC	TPN
MS	9	8
MDS	7	7
MCid	3	2
MEC	1	2
MAPA	1	1

Fonte: elaboração própria.

No que se refere ao número de ações não executadas, podemos visualizar no Quadro 3 que o MDA destaca-se nos dois Territórios com maior número de ações não executadas. E ainda, no TMOC, destaca-se com maior número de ações sem município definido, ou seja, não estão discriminados na descrição da ação quais são os municípios beneficiados por ela.

Quadro 3. Número de ações não executadas e número de ações sem município definido.

Nº DE AÇÕES NÃO EXECUTADAS, POR MINISTÉRIO				Nº DE AÇÕES SEM MUNICÍPIO DEFINIDO, POR MINISTÉRIO			
TMOC		TPN		TMOC		TPN	
MDA	6	MDA	7	MDA	11	MDA	9
MS	4	MJ	4	MEC	6	MEC	6
MEC	2	MAPA	2	MJ	4	MAPA	2

Fonte: elaboração própria.

Ao analisarmos o Quadro 4, podemos inferir que apesar dos municípios receberem maior número de ações, não significa que receberam maior valor em ações efetivamente pagas. Como podemos observar, nos municípios de Canoinhas e São Bento do Sul, no TPN, os quais possuem o mesmo número de ações executadas (quinze), porém o valor efetivamente pago foi de R\$ 7.083.029,51 e R\$ 5.938.944,44, respectivamente.

Entretanto, não notamos esta discrepância entre a relação valores executados e número de ações no TMOC, como podemos verificar no Quadro 4, apenas em relação a Capinzal que foi beneficiado com quinze ações e o valor efetivamente pago corresponde em torno de 51% a mais do que para o município de Xaxim (dezesseis ações).

Quadro 4. Relação entre valores executados e número de ações

TERRITÓRIO MEIO OESTE CONTESTADO			TERRITÓRIO PLANALTO NORTE		
MUNICÍPIOS	VALOR EXECUTADO (R\$)	Nº DE AÇÕES PAGAS	MUNICÍPIOS	VALOR EXECUTADO (R\$)	Nº DE AÇÕES PAGAS
Abelardo Luz	17.752.374,96	19	Canoinhas	7.083.029,51	15
Capinzal	10.058.274,22	15	Mafra	6.445.126,88	13
Xanxerê	6.918.766,26	15	São Bento do Sul	5.938.944,44	15
Xaxim	5.128.672,74	16	Porto União	5.860.766,44	11

Fonte: elaboração própria.

O PBF provê um benefício monetário mínimo às famílias pobres, sendo um dos critérios para sua elegibilidade à renda familiar *per capita*, da mesma forma que o IDH aponta a renda *per capita* como indicador exclusivo de privação ou bem-estar da população. Conforme Mattei e Tecchio (2013), analisar a pobreza pela privação de acesso

a bens e serviços essenciais, cuja disponibilidade depende de investimentos públicos, também é essencial para se compreender o fenômeno da pobreza e da exclusão social.

De acordo com o Quadro 5, Abelardo Luz foi o município com maior número de famílias beneficiadas pelo PBF e apresenta o IDH mais baixo do TMOC. Já Capinzal apesar de estar entre os mais beneficiados por ações, apresenta poucas famílias beneficiadas, porém seu IDH é mais alto do que o de Abelardo Luz. O mesmo ocorre no TPN, com o município de Canoinhas, que se destaca como município mais beneficiado por ações do PTC, se sobressaindotambém em relação ao número de família beneficiadas pelo PBF, mas possuindoum IDH alto.

Quadro 5. Correlação entre os municípios que receberam mais ações e critérios utilizados para identificar os territórios empobrecidos.

TERRITÓRIO MEIO OESTE CONTESTADO			TERRITÓRIO PLANALTO NORTE		
MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PBF	IDH/2010	MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PBF	IDH/2010
Abelardo Luz	1282	0,696	Canoinhas	1995	0,757
Capinzal	406	0,752	Mafra	1885	0,777
Xanxerê	902	0,775	São Bento do Sul	1242	0,782
Xaxim	724	0,752	Porto União	1051	0,786

Fonte: PNUD (2013).

Em relação aos municípios que se destacaram com maior número de famílias beneficiadas pelo PBF, verificamos, no Quadro 6, que no TMOC há municípios que possuem IDH baixo e,consequentemente, receberam maior número de bolsas família, assim como há municípios que embora seu IDH seja alto, também possuem grande número de bolsas família.

Deste modo podemos pressupor que os municípios mais beneficiados com ações (como Canoinhas), com maior número de famílias beneficiadas pelo PBF e que tem um IDH alto, são regiões onde houve maior capacidade de articulação política ou competência na elaboração de projetos, o que compensou o fato do município possuir um IDH alto, visto que é um dos critérios utilizados para identificar Territórios empobrecidos.

Quadro 6. Municípios que se destacam com maior número de bolsas família.

TERRITÓRIO MEIO OESTE CONTESTADO	TERRITÓRIO PLANALTO NORTE
----------------------------------	---------------------------

MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PBF	IDH/2010	MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PBF	IDH/2010
Abelardo Luz	1282	0,696	Canoinhas	1995	0,757
Xanxerê	902	0,775	Mafra	1885	0,777
Xaxim	724	0,752	São Bento do Sul	1242	0,782
Ipuaçú	665	0,660	Itaiópolis	1069	0,708

Fonte: PNUD (2013).

A extrema pobreza rural é caracterizada pela renda familiar *per capita* mensal de até um quarto do salário mínimo, sendo assim, quanto maior a pobreza rural num determinado município, maior deve ser a articulação política na busca de recursos financeiros visando sua superação. Dessa forma, conforme dados do IBGE (2010), do total de 5.688 habitantes em extrema pobreza rural no TMOC, Abelardo Luz possui o maior percentual (27,60%) da população rural extremamente pobre. Justificando, assim, o maior número de ações destinadas pelo PTC àquele município, executando seu objetivo da redução da pobreza. Por outro lado, Lacerdópolis (0,17%), Lajeado Grande (0,54%), Marema (0,35%) e Luzerna (0,12%), apresentam baixos índices de extrema pobreza rural e menor número de famílias beneficiadas pelo PBF.

No TPN, Canoinhas possui 16,14% de habitantes rurais extremamente pobres e, notadamente, foi o município que se sobressaiu em maior número de ações propostas pelo Programa. Já Major Vieira que obteve o menor número de ações, possui o índice de extrema pobreza rural em torno de 9,47%.

Ademais, ao observarmos o Quadro 7, constatamos os municípios que obtiveram o menor número de famílias beneficiadas pelo PBF em 2010 nos dois Territórios estudados.

Quadro 7. Municípios que se destacam com menor número de bolsas família

TERRITÓRIO MEIO OESTE CONTESTADO			TERRITÓRIO PLANALTO NORTE		
MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PBF	IDH/2010	MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PBF	IDH/2010
Lacerdópolis	38	0,781	Matos Costa	280	0,657
Lajeado Grande	56	0,771	Bela Vista do Toldo	402	0,675
Marema	66	0,743	Campo Alegre	482	0,714
Luzerna	81	0,789	Major Vieira	488	0,690

Fonte: PNUD (2013).

Averiguamos também que existem municípios que receberam menos ações do PTC, porém apresentam alto IDH e menor número de bolsas família, por exemplo, o município Lajeado Grande do TMOC. Já Matos Costa, obteve o menor número de ações, consequentemente menor valor monetário R\$ 942.052,84, todavia é um município com menor IDH e quantidade de bolsas família do TPN.

Da mesma forma, Bela Vista do Toldo e Major Vieira possuem menor IDH, ou seja, maior população empobrecida, mas reduzido número de bolsas família. Dessa forma, retificamos nossa afirmação acima citada de que apesar de haver políticas públicas com ênfase na redução da pobreza, muitas vezes esses recursos não chegam até a população prioritariamente mais necessitada (extrema pobreza), seja devido à desarticulação dessas políticas naqueles municípios ou pela falta de habilidade na elaboração dos projetos.

### **Considerações finais**

Através desta pesquisa podemos constatar que nem sempre o Ministério que se sobressai em número de ações é o que mais contribui em valores. Da mesma forma raramente o município que se destaca em número de ações, efetivamente recebe dos Ministérios o maior valor (monetário).

Observamos o grande número de ações não executadas, ou seja, estas ações são incluídas no Relatório de Execução (2010), como propostas aos devidos Territórios, porém não há informações sobre seus valores previstos em orçamento, ou empenhados. A ação apenas existe discriminada, porém sem valores.

Verificamos também que muitas ações não possuem informações sobre ao qual município dos Territórios em questão se destina. Ao final, podemos inferir que o PTC apresenta poucas informações sobre a execução de suas ações dificultando as pesquisas sobre esta política pública.

Ademais, averiguamos que somente a renda *per capita* não consegue mensurar a dimensão da pobreza, porque mensurar o sucesso de uma sociedade apenas pela renda conduz a uma análise limitada das condições de bem-estar da população.

Ressaltamos ainda que se a liberação de recursos não segue os critérios de maior ou menor IDH, é possível intuir que municípios com maior capacidade de



articulação política e de elaboração de projetos, conseguem obter maiores recursos. Entretanto, como não podemos investigar apenas com os dados numéricos do Relatório de Execução, sugerimos a necessidade de pesquisa para averiguar a real situação.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984. 177p.

BONNAL, Philippe; KATO, Karina. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14. Brasília: IICA, 2011, p. 61-88.

BONNAL, Philippe. Referências e considerações para o estudo e a atuação dos programas de desenvolvimento territorial (PRONAT e PTC) na perspectiva da redução da pobreza em territórios rurais. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 19. Brasília: IICA, 2013, p. 33-56.

BRASIL. **Território da Cidadania**: integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Territórios da Cidadania**: integração de políticas públicas para reduzir as desigualdades. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/pageflip/>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

CARVALHO, Ananda de; DAVID, Cesar de. Possibilidade e limites do Programa Territórios Da Cidadania a partir da sua realização no Território Região Central e no município de Santa Maria/RS. **Agrária**, São Paulo, n. 14, p. 55-77, 2011.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento Regional: porque algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. 212 p.

DECKERT, Cristiele Tamm. **A Gestão Social no Território da Cidadania Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul**. 2012. 178 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

DELGADO, Nelson Giordano; GRISA, Catia. Institucionalidades, governança e projetos territoriais na política de desenvolvimento rural no Brasil. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 19. Brasília: IICA, 2013, p. 239-288.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sérgio Pereira. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14. Brasília: IICA, 2011, p. 89-130.

DELGADO, Nelson Giordano; BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira. **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Convênio IICA - OPPA/CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2007. 72 p. Disponível em: <[http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento\\_territorial-Articulacao\\_de\\_politicas\\_publicas\\_e\\_atores\\_sociais.pdf](http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento_territorial-Articulacao_de_politicas_publicas_e_atores_sociais.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010 e contagem da população**. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 13 jun. 2014.

LEITE, Sérgio Pereira; WESZ JUNIOR, Valdemar João. O financiamento da política de desenvolvimento territorial: uma análise do PRONAT e do Programa Territórios da Cidadania. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14. Brasília: IICA, 2011, p. 169-196.

MALUF, Renato Sérgio. Elementos para uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão socioprodutiva no meio rural na ótica do desenvolvimento territorial sustentável. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 19. Brasília: IICA, 2013, p. 57-88.

MATTEI, Lauro. Pobreza e política de desenvolvimento territorial: noções, metodologias de mensuração e estratégias de enfrentamento do problema. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 19. Brasília: IICA, 2013, p. 89-124.

MATTEI, Lauro; TECCHIO, Andréia. Caracterização e evolução da pobreza nos seis Territórios da Cidadania Selecionados. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 19. Brasília: IICA, 2013, p.213-238.

MILANI, Maria Luiza. Identidade sócio-cultural do Planalto Norte Catarinense: uma realidade (in)visível. In: MILANI, Maria Luiza; NECKEL, Nádia Régia Maffi (Org.). **Cultura: faces do desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 2010, v. 1, p. 233-241.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais nº 2, SDT/MDA. Brasília, maio de 2005.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Informações Territoriais**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em 14 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Informações Territoriais**. Brasília, 2013. Disponível em <<http://www.sistemas.mda.gov.br>>. Acesso em: 28 maio 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família**. [2014]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

OLIVEIRA, Luiza Zitzke et al. **Ações da política de desenvolvimento territorial para superar a pobreza rural: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado (SC)**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - no prelo, 2015. 21 p.

PAIM, Elison Antonio. Aspectos da constituição da região oeste de Santa Catarina. **SACULUM - Revista de História**, João Pessoa, n. 14, p. 121-138, jan./jun. 2006.

PECQUEUR, Bernard. **Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud**. Grenoble: Institut de Géographie Alpine, 2004. Disponível em: <[http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins\\_textes/divers10-07/010035257.pdf](http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers10-07/010035257.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, jan./dez. 2005.

POLI, Jaci. Caboclos: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, n. 23, p. 149-187, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento Humano e IDH**. [20--]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina no IDH**. ASEST/SED/SC, 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/Maria%20Cecilia/Downloads/sc\\_idh\\_analise\\_e\\_municipios-2010.pdf](file:///C:/Users/Maria%20Cecilia/Downloads/sc_idh_analise_e_municipios-2010.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2014.

RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2 ed. Chapecó: Argos, 2006. 250 p.

RIBAS, Sinira Damasco. **Resgate de memórias: Papanduva em histórias**. Florianópolis: Insular, 2004. 256 p.

SCHIAVINATTO, Mônica. **Desenvolvimento Territorial: Inovação ou Imposição? Um olhar sobre as abordagens territoriais do desenvolvimento rural na América Latina**. 2013. 204 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SEBBEN, João Estevão. **As políticas públicas na transição da produção de fumo para leite em pequenas propriedades rurais do município de Irineópolis (SC) sob a ótica da “tríade” social, econômica e ambiental.** 2010. 158 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)-Universidade do Contestado (UnC), Canoinhas, 2010.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Revista Territórios da Cidadania.** Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades. Brasília: Portal da Cidadania, março de 2009. 20 p. Disponível em: <[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/pageflip/pageflipview?pageflip\\_id=2221713](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/pageflip/pageflipview?pageflip_id=2221713)>. Acesso em: 28 abr. 2014.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

VALENTINI, Delmir José; RADIN, José Carlos. Camponeses no sertão catarinense: a colonização da região Contestado nas primeiras décadas de século XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH.** São Paulo: ANPUH, p. 1-14, 2011.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se imagina.** 2 ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2003. 304 p.

ZIMMERMANN, Silvia A.; TECCHIO, Andréia. Procedimentos Metodológicos Empregados na Definição dos Estudos de Caso da Pesquisa. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil.** Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 19. Brasília: IICA, 2013, p. 177-212.